



JUSTIFICATIVA

A presente aquisição de oxigênio medicinal justifica-se tendo em vista que, o mesmo é de suma importância para o atendimento dos pacientes com síndrome respiratória aguda, principal complicação causada pelo novo Coronavírus COVID-19, visto que a descontinuidade ou falha no fornecimento destes gases medicinais gera, imediatamente, o risco na vida do paciente assistido, gerando a responsabilização do município na falha do serviço, e vale ressaltar que nosso estoque de oxigênio medicinal para esta finalidade já está se esgotando pois os casos confirmados do vírus estão aumentando novamente, e no processo licitatório vigente não há mais saldo para este item, sendo que um novo Processo ainda está em andamento.

Considerando que o Sistema Único de Saúde é responsável por executar ações e serviços de promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde a todos;

Considerando que a Secretaria Municipal de Saúde tem como objetivo suprir de forma adequada à missão proposta pelo SUS, no que se refere ao atendimento nos serviços de prevenção da saúde de forma que possa evitar as epidemias, com vistas na promoção da dignidade e respeito ao usuário do SUS;

Considerando que a nossa Carta Magna preceitua que a saúde é direito de todos e dever do estado (art. 196, da CF/88), e que, nesse diapasão, a Lei 8.080/90 (LOS- Lei Orgânica da Saúde) delineia os princípios do Sistema Único de Saúde, reconhecendo em seu artigo 2º que o direito à saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício;

Considerando que entre os princípios que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a lei supramencionada, está a universalidade de acesso, a integralidade da assistência, a preservação da autonomia das pessoas, a igualdade, o direito à informação, a divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário e a resolubilidade.

Considerando a Nota técnica nº 04/2020/GVIMS/GGTES/ANVISA, que dá orientações para serviços de saúde como medidas de prevenção e controle que



Assinatura



devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus;

Considerando a Portaria Nº 356, de 11 de março de 2020 que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

Diante desse contexto, atendendo todas as recomendações, orientações e diretrizes da autoridade máxima sanitária do nosso País que é o Ministério da Saúde. Solicitamos a *aquisição imediata de oxigênio medicinal para tratamento de pacientes com casos graves de COVID-19 no município;*

Fundamentação Legal:

Art. 24. É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Ressaltamos ainda, que a fim de facilitar e assistir o enfrentamento ao surto do coronavírus no país e no mundo, o Estado brasileiro, dentre outras medidas previstas na Lei nº 13.979/2020, estabeleceu uma nova hipótese de dispensa de licitação para contratações voltadas ao enfrentamento da situação emergencial.

Assim, o art. 4º, caput, do referido diploma, in verbis:

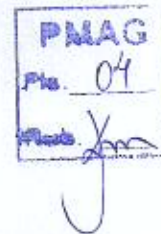
Art. 4º - É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional



Ass. J



PREFEITURA
ALTO GARÇAS - MT
TEMPO DE CRESCER
Gestão 2021-2024



decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

Informamos ainda que tal aquisição deverá ser feita da empresa GL Oxigênio Eireli, de CNPJ n. 12.520.836/0001-04, pois conforme cotação de preços realizada por esta Secretaria, a mesma apresentou menor valor para os itens solicitados, conforme orçamentos em anexo.

Segue em anexo as certidões informadas abaixo da empresa GL Oxigênio Eireli:

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certificado de Regularidade do FGTS- CRF.

Atenciosamente,


Renata Martins de Oliveira do Carmo
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 003/2021

